

EXPRESSION SINDICAL

ANO 06 | EDIÇÃO 02 | MAIO 2023

WWW.ACPMS.COM.BR

ACP 71 ANOS DE LUTA E RESISTÊNCIA

EDUCAÇÃO não é gasto
é INVESTIMENTO!

FUNDEB
FORA DO ARCABUÇO FISCAL
PLP 93/2023



ACP
SINDICATO CAMPO-GRANDENSE DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
DESDE 1952

EDITORIAL

PISO DO MAGISTÉRIO

Valorização da Educação pública só se faz com professores valorizados!



Professoras e professores em Campo Grande vêm amargando, nos últimos oito anos, com uma desvalorização acentuada na correção do piso em nossa cidade e este ano a luta não é diferente: estamos desde janeiro em negociação com a PMCG. A categoria aceitou, em assembleia geral, repactuar prazos e índices da lei 6.796/23, mas com a defesa ir-restrita de alguns pontos:

- Calendário com prazo para integralização do piso 20H;

- Data para incorporação da verba indenizatória;
- Recomposição do piso nacional.

Ressaltamos que a educação pública, representada e organizada pela ACP, não vai recuar da defesa sólida por um caminho de avanço em nossa valorização, contando, para isso, com nossa união e participação, cada vez mais imprescindível. Nos vemos na luta e na vitória!!!!

Gilvano Kunzler Bronzoni
Presidente da ACP

ACP – 71 anos construindo a história da educação pública de qualidade

As permanentes bandeiras de lutas do Sindicato Campo-grandense da Educação Pública – ACP, têm marcado historicamente o caminho da educação pública de qualidade em Campo Grande. A ACP completa 71 anos nesse mês de maio, com grandes conquistas e avanços em todas as frentes trabalhadas, incansavelmente, por sua diretoria, seu conselho fiscal, seus coletivos e, principalmente pela sua base, valorosamente constituída pelos profissionais em educação. São esses profissionais que fazem a grande luta e conduzem as pautas da ACP.

A ACP tem em seu legado a luta pela permanência da democracia em nosso país e pela valorização do magistério, construindo frentes fortes de diálogo e resistência entre sindicato e governos, no sentido da garantia dos direitos e imposição da educação como investimento e não como gasto público. A gestão democrática nas escolas, outra grande e árdua reivindicação antiga da ACP, foi um marco histórico para a educação pública da



REME e atualmente tem sido a luta diária para também ser inserida na Educação Infantil.

Quando olhamos para o nosso legado de lutas, vislumbramos, na década de 1950 a situação da educação pública como um verdadeiro descalço e, justamente para reverter essa situação, um grupo de professores decidiu se unir e fundar a Associação Campo-grandense de Professores, no dia 18 de maio de 1952. Hoje, a ACP é a mais antiga entidade de classe dos professores de Mato Grosso do Sul, tendo como primeira presidenta a

professora Maria da Glória de Sá Rosa, em 1955. Com a mesma determinação, a ACP se manteve em alerta durante a ditadura militar e enfrentou a repressão e palavras de ordem servidas tão somente para tentar nos calar, contendo greves e manifestações.

Por toda nossa luta e relevância histórica, celebrar 71 anos de existência é um momento marcante e especial para todas e todos os profissionais da educação pública de Campo Grande; afinal, a ACP transformou a educação de nossa cidade, defendeu a

democracia, lutou por direitos como realização de concursos públicos, salários, carreira, estatutos, piso salarial, incansável na luta pelo piso para uma jornada de 20h.

Vamos juntos celebrar e comemorar, principalmente honrar quem construiu essa história antes de nós, assim como seguir lutando pela melhoria da educação e valorização profissional. Seguiremos firmes na luta!

Parabéns a todas e todos os profissionais da educação pública que constroem com resistência e coragem a história da ACP!

Audiência Pública marca a história de luta da ACP para avanços na Educação Infantil



A ACP, por meio do Coletivo da Educação Infantil, solicitou encaminhamento para realização de audiência pública com o objetivo de avançar no debate. A Câmara Municipal de Campo Grande, por meio da Comissão Permanente de Educação e Desporto, trouxe para o sindicato a audiência pública para dialogar e discutir a Educação Infantil na Capital, no dia 18 de maio.

O objetivo, segundo o presidente da ACP, professor Gilvano Bronzoni, foi dar voz a 106 EMEIS, no ato representados pe-

las professoras e companheiras de luta, professora Rosileide Lima da Silva, do Coletivo da Educação Infantil da ACP e professora Daniely Araujo, do Conselho Fiscal da ACP, pois são professoras que vivem o dia a dia, em sala de aula, e conhecem a realidade do setor.

Para a professora Rosileide, do Coletivo, o evento foi um marco histórico de luta dentro do sindicato, uma Audiência Pública Educação Infantil dentro de nosso espaço de diálogo e fruto de muitas conquistas. “Enquanto coordenadora do Coletivo da Educação Infantil, eu fico satisfeita com os

resultados dessa primeira audiência pública, pois mostra o quanto a Educação Infantil está tendo voz e conquistando o seu devido espaço. Buscaremos incansavelmente estratégias para melhorias nessa etapa da educação básica”, destacou.

Foram cobradas e encaminhadas melhorias imediatas na infraestrutura das EMEIS, para que elas possam ser atendidas em primeiro lugar, no que se refere às reformas do programa dos R\$41 milhões da prefeitura municipal, como também para que possam ser disponibilizados mobiliários

como mesas e cadeiras para os professores além de brinquedos e do parquinho. Na ocasião, a ACP cobrou e encaminhou que haja eleições nas EMEIS no ano de 2023 e diálogo com a Comissão da Secretaria de Educação e a prefeitura.

Nesta direção, o presidente da FETEMS, professor Jaime Teixeira, falou sobre a retomada das obras que o governo federal lançou em edital da União, no último dia 12 de maio, assim como o novo FUNDEB de Lei nº 14.113/2020, que destinará mais recursos à Educação Infantil, este sendo com condicionalidades.

Com muitas lutas da FETEMS, ACP e dos 74 SIMTEDS, Mato Grosso do Sul paga o maior salário do país para professores(as) da Rede Estadual



Por Professor Jaime Teixeira*

A FETEMS e os 74 SIMTEDS sempre mantiveram como uma de suas principais bandeiras de luta a valorização profissional e, em seus 43 anos de existência, possui como uma de suas conquistas relevantes a obtenção do maior salário do país para os(as) Professores(as) Efetivos(as) e Aposentados(as) – considerando a paridade – da rede estadual, comparado ao ranking nacional.

Em outubro deste ano, os(as) Professores(as) Efetivos(as) e Aposentados(as) – com paridade – terão um reajuste de 14,95% (índice definido pelo MEC para o Piso Salarial Nacional) e mais 2% referente à integralização do Piso de 20 horas, com a aplicação da Lei 277/2020.

A FETEMS acompanha as negociações nos municípios para garantir os direitos e as conquistas da categoria e assegurar a aplicação da Lei do Piso n. 11.738/2008, respeitando os três pilares que são salário, carreira e jornada.

Entretanto, Campo Grande é um dos municípios em que ainda estamos na luta, junto com a ACP, para que o Poder Executivo pague o Piso. O objetivo é que seja retirada da proposta de repactuação da Lei 6796/2022 – Piso 20h, da prefeita Adriane Lopes, uma vez que tal proposta prevê a exigência da retirada do item que traz insegurança para o seu cumprimento e a manutenção da valorização permanente dos(as) Profissionais da Educação.

Outras duas pautas funda-

mentais para a FETEMS são concluir as negociações com avanços na reposição salarial dos(as) Professores(as) Convocados(as) e na reestruturação da carreira dos(as) Administrativos em Educação.

A Comissão da FETEMS continua em negociação, com um cronograma de reuniões com o governo, nos dias 24 de maio e 07 de junho, sendo esse o prazo final para fechar a negociação.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada pela FETEMS, foi deliberado o indicativo de Greve e um dia de Mobilização – com data ainda a definir – caso as negociações com o Governo do Estado não avancem.

A FETEMS continua incansável no combate à terceirização iniciada no Governo Temer e

mantida no Governo Bolsonaro, enquanto defende veementemente a realização de Concurso Público para Professores(as) e Trabalhadores(as) Administrativos em Educação, assim como a chamada do concurso em vigência.

Filiar-se ao seu Sindicato e participar da luta garante aos Profissionais em Educação força e conquistas na valorização da categoria! /venha conosco fazer parte desta luta!

**Jaime Teixeira é Presidente da FETEMS, professor de Matemática da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande por 35 anos; professor de Matemática da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul por 35 anos; ex-Presidente da ACP; presidente da FETEMS pelo terceiro mandato, tendo ocupado o cargo de tesoureiro por dois mandatos.*

Judicialização, instrumento e estratégia para assegurar direitos

Por Leonel Bonfim*

A ACP, ao longo de sua história, tem se valido das ações judiciais como estratégia de luta pelos direitos que asseguram uma melhor valorização da categoria.

Dentre essas valorizações temos as ações movidas contra o governo do Estado de MS, destacam-se os processos contra governos passados em que eram pagos salários em atraso, sendo cobrados judicialmente os juros e as correções dos valores pagos.

Em relação aos processos movidos contra o município de Campo Grande, destacam-se a ação de 2016 que cobra a anulação dos efeitos dos decretos municipais que suspenderam as progressões na carreira, garantidos na Lei Complementar 19/1998 e 190/2011, relativos às mudanças de letras e nível (promoção horizontal e vertical) bem como dos adicionais por tempo de serviço (quinquênios). Essa ação encontra-se em fase de cumprimento de sentença, onde os filiados estão sendo inseridos no bojo do processo para individualizar as ações para cobrança dos valores retroativos que foram suspensos.

Também contra o município destaca-se a ação que cobra a atualização monetária e juros pelo escalonamento e consequente atraso no pagamento do 13º de 2016, em processo favorável à ACP, em que o município deve cumprir com o dever de fazer o pagamento dos do 13º em dia. Vencido na



1ª instância, o processo encontra-se em fase recursal pelo reexame necessário do tribunal e, caso se confirme a sentença e, transitando em julgado, será possível receber os valores referentes à essa correção monetária, multa e juros pelo pagamento em atraso por parte da prefeitura.

Em favor dos professores readaptados, a ACP moveu ação judicial no ano de 2020, cobrando a aplicação da legislação que garante a readaptação definitiva aos que preencherem os requisitos para tal, sendo julgados procedentes os pedidos na sentença. Também foi proposta ação em favor dos readaptados quanto ao pagamento de vantagens referentes ao difícil provimento, adicional

noturno e pelo exercício de atividade em zona rural.

Por fim, e não menos importante, ressalta-se a mais recente conquista judicial da categoria que obteve decisão favorável para a ACP na ação das férias de julho, proposta no ano de 2020. Nesse processo se cobra do município de Campo Grande valores referentes à remuneração de 1/3 (um terço) sobre os 15 dias de férias escolares do mês de julho. A sentença de primeiro grau foi procedente ao sindicato, declarando que o período de 15 dias do mês de julho não é recesso e sim férias, portanto devendo ser remunerado com o terço constitucional. O processo também se encontra em fase de reexame necessário e, havendo confirmação

da sentença, o sindicato promoverá a execução em favor dos seu filiados.

Esses e outros processos evidenciam que as ações judiciais são instrumentos de luta e estratégias para reconquistar direitos e assegurar as conquistas da classe do magistério, sempre atuando na defesa de uma escola pública de qualidade que valoriza e garante os direitos conquistados ao longo dos 71 anos da ACP. Sigamos na luta!

**Leonel Bonfim é Secretário Jurídico da ACP, Advogado, graduado em Direito pela UFMS/2021; Professor de Educação Física formado pela UFMS/1995 com pós-graduação; 15 anos de atuação como efetivo na REME.*

EXPEDIENTE

**EXPRESSO
SINDICAL**

ACP - Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública

Rua 7 de Setembro, 693 - Centro - Campo Grande - MS - Fone: 3324-2771 - imprensa@acpms.com.br - www.acpms.com.br

Presidente: Gilvano Kunzler Bronzoni | Vice-Presidente: Josefa dos Santos Silva

Secretário de Comunicação: Flavio Peixoto de Moura | Secretário de Formação Sindical: Danilo Meira Leite do Prado

Revisão: Rosana Brum Romero | Jornalista Responsável: Ceyd Moreles DRT 080/MS | Projeto Gráfico: Elidinei Chaparro

Tiragem: 5 mil exemplares